

# POLÍTICAS PÚBLICAS E DICIONÁRIOS PARA ESCOLA: O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E SEU IMPACTO SOBRE A LEXICOGRAFIA DIDÁTICA

Maria da Graça Krieger<sup>1</sup>  
UNISINOS  
mgkrieger@terra.com.br

**Resumo:** Este artigo objetiva tratar do Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação do Brasil no que diz respeito à inclusão de dicionários nesse Programa. Abordam-se os princípios e critérios do processo de seleção dos dicionários que se destinam aos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas brasileiras. Destaca-se o Programa de 2006, que inova ao definir uma tipologia, aqui caracterizada, de dicionários para a escola. A tipologia fundamenta-se na relação entre adequação da proposta lexicográfica de cada tipo de obra à fase de ensino/aprendizagem dos alunos. Tal proposição confirma o papel pedagógico do dicionário, bem como contribui para divulgar o conceito de lexicografia didática no Brasil.

**Palavras-chave:** Dicionário escolar, lexicografia didática, Programa Nacional do Livro Didático.

**Abstract:** This article aims at discussing the National Schoolbook Program of the Ministry of Education of Brazil as far as the inclusion of dictionaries in this program is concerned. The principles and criteria used to select dictionaries to be used in public fundamental schools in Brazil are presented. Emphasis is given to the 2006 program, which innovates as it defines a typology for dictionaries to be used at schools. The typology is based on the adequate relation between the lexicographic conception of each kind of dictionary and the students' learning phase. Such proposal confirms the pedagogical role of the dictionary and contributes to spread the concept of pedagogical lexicography in Brazil.

**Keywords:** School dictionary, pedagogical lexicography, National Schoolbook Program.

## 1. O Programa Nacional do Livro Didático e dicionários

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, pelo Ministério da Educação do Brasil é uma iniciativa de amplo impacto na educação, pois objetiva a escolha, aquisição e distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas do Ensino Fundamental. Os livros cobrem as disciplinas que integram os currículos dessa etapa de ensino: português, matemática, história, geografia, ciências. Desde 2001, o Programa passou a contemplar a lexicografia, selecionando e adquirindo dicionários para os alunos dessa etapa de ensino.

Embora os dicionários de língua não possam ser classificados como livros didáticos *stricto sensu*, seu potencial pedagógico é indubitável, pois ajudam o aluno a ler, a escrever, a expressar-se bem, oferecendo-lhe informações sistematizadas sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como sobre o componente gramatical das unidades que o integram. Em razão disso, os dicionários de língua, a mais prototípica das obras lexicográficas, contribuem para a alfabetização e o desenvolvimento da competência de leitura. Podem ainda auxiliar, em muito, nos estudos descritivos da língua, tornando-se obras essenciais a toda aprendizagem de língua materna e também de outras disciplinas curriculares.

A compreensão de que o dicionário é “um lugar privilegiado de lições sobre a língua” (KRIEGER, 2003, p.71) foi determinante para sua inclusão no PNLD, traduzindo diretrizes de uma importante política pública, de âmbito nacional, no plano da lexicografia e, em particular no da lexicografia direcionada para a escola.

O PNLD, coordenado pela Secretaria da Educação Básica do Ministério (SEB), através do Departamento de Políticas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e da Coordenação de Estudos e Avaliação de Materiais, de natureza didática e pedagógica, consiste num processo complexo, desenvolvido em várias etapas, contando com a colaboração de técnicos do Ministério, professores universitários e lingüistas. O processo, formalmente, inicia-se pela

elaboração do Edital público, documento que estabelece as condições de inscrição dos titulares dos direitos autorais das obras, bem como determina as áreas de conhecimento, os padrões e critérios qualitativos para avaliação e seleção das obras concorrentes.

A divulgação das bases do trabalho realizado na área de dicionários, considerando particularmente o Programa Nacional do Livro Didático – Dicionários/2006 (PNLD) , bem como a referência e a reflexão sobre alguns aspectos relacionados à lexicografia didática constituem a motivação central deste artigo.

## **2. Das inovações no PNLD/2006**

Como um breve histórico da trajetória da área dos dicionários no âmbito do PNLD, cabe salientar que, para o PNLD/2006, foram adotadas novas diretrizes para aperfeiçoar o processo de seleção e aquisição de dicionários brasileiros de língua portuguesa. A nova proposição diferencia-se das versões anteriores em vários aspectos, cabendo destacar cinco deles:

- a) definição de uma tipologia de dicionários para a escola;
- b) adoção do princípio de adequação entre tipo de obra e nível de aprendizado do aluno;
- c) criação de acervos lexicográficos para a sala de aula;
- d) elaboração de manual do professor com orientações para conhecimento da estrutura das obras, bem como para um uso produtivo;
- e) exigência de explicitação da proposta lexicográfica;

Sem desconhecer a grande problemática envolvida na categorização de obras lexicográficas, a versão do PNLD/2006 inovou, ao propor, de modo pontual, a inscrição de três tipos distintos de dicionários, assim formalizados no Edital<sup>2</sup>:

### **Dicionários de tipo 1**

Número de verbetes: mínimo de 1000 e máximo de 3000.

Proposta lexicográfica adequada à introdução do alfabetizando ao gênero dicionário;

### **Dicionários de tipo 2**

Número de verbetes: mínimo de 3.500, máximo de 10.000.

Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio da escrita;

### **Dicionários de tipo 3**

Número de verbetes: mínimo de 19.000 e máximo de 35.000.

Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão, porém adequada a alunos das últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Como se observa, a categorização proposta levou em conta o número de verbetes e a organização estrutural da obra, refletida em propostas lexicográficas diferenciadas e conformes às necessidades dos alunos. Anteriormente, no âmbito do PNLD, só havia possibilidade de inscrição de obras do tipo 3, as quais costumam corresponder aos minidicionários, compreendidos como dicionários escolares. Ao ampliar-se o quadro tipológico de obras destinadas ao uso escolar, evidencia-se que não há uma categoria específica de dicionário escolar, mas dicionários adequados para a escola.

Além disso, o cruzamento de variáveis sintetizado pela proposição de adequação da obra ao nível do aprendizado dos alunos reflete o pressuposto de que, tal como um professor escolhe e utiliza o livro didático de acordo com as demandas específicas de ensino/aprendizagem, será levado também a escolher e utilizar o dicionário com princípios equivalentes. Essa equivalência não apaga o papel tradicional do dicionário como instrumento de consulta comum que responde a dúvidas sobre o sentido e as formas das palavras de

uma língua, mas traduz a compreensão do potencial didático dessas obras e de que os dicionários não são todos iguais. Ao contrário, estruturam-se conforme objetivos específicos e usuários visados entre outros componentes que respondem pela definição das distintas propostas lexicográficas, expressas em visões diferenciadas sobre o repertório léxico e o tratamento dos dados.

Com base na tipologia proposta, adiante retomada, foi também prevista a constituição de duas categorias de acervos lexicográficos para serem utilizados em sala de aula. O acervo é mais um fator que explica as alterações do PNL D 2006 em relação às versões anteriores, cuja prática consistia na doação de um dicionário direto a cada aluno. Agora, a aquisição das obras pelo MEC orienta-se pela finalidade de que elas integrem acervos lexicográficos para cada sala de aula. A especificidade de cada tipo de acervo foi, por sua vez, determinada com base no público-alvo a que se destinam os dicionários:

Público-alvo	Acervos	Ensino Fundamental de oito anos	Ensino Fundamental de nove anos
Turmas em fase de alfabetização	Acervo 1 Composto por dicionários de Tipo 1 e Tipo 2	1ª e 2ª séries	1º ao 3º ano
Turmas em processo de desenvolvimento da língua escrita	Acervo 2 Composto por dicionários de Tipo 2 e Tipo 3	3ª e 4ª séries	4º e 5º anos

Com a constituição de dois tipos de acervos, essa última proposta reafirma o princípio de oferecer um material instrucional adequado ao nível de ensino/aprendizagem dos estudantes. Seu princípio norteador corresponde, portanto, à adoção de parâmetros efetivamente pedagógicos para a seleção e aquisição de dicionários. Em decorrência, visa a um aproveitamento mais direcionado ao

ensino da alfabetização e do letramento para os alunos do ensino fundamental seja ele de 8, seja de 9 anos, podendo-se também prever uma utilização mais produtiva nos processos de aprendizagem.

Por outro lado, ao lidar com acervos, pode-se ainda pressupor que o professor compreenderá que os dicionários não são todos iguais, diferenciam-se quantitativa e qualitativamente. Tal reconhecimento lhe exigirá maior conhecimento das obras e maior poder explicativo para lidar com as diferenças e explorá-las produtivamente na proposição de atividades voltadas ao desenvolvimento das competências visadas no Ensino Fundamental.

Outro diferencial a destacar é a preocupação em auxiliar o professor a conhecer cada tipo de obra e a utilizá-las produtivamente. Este é um apoio importante sobretudo porque, na quase totalidade dos casos, os docentes não possuem formação em lexicografia.

Em razão disso, a Comissão técnica do PNL D da área de dicionários elaborou um Manual do Professor, que não se limita a apresentar as características gerais de cada obra selecionada, como antes ocorria. O Manual de agora, cuidadosamente redigido em linguagem que procura ser simplificada, contém uma parte teórica e outra aplicada. Na primeira, os autores<sup>3</sup> explicam a natureza e a funcionalidade dos dicionários e trazem uma série de informações sobre a organização estrutural da obra lexicográfica. Dessa forma, caracterizam os três tipos selecionados, introduzindo uma série de conceitos da área, inclusive no plano da metalinguagem lexicográfica. Para tanto, o Manual é acompanhado de um glossário dos termos técnicos utilizados no texto. Esta parte inicial explica também os critérios de constituição dos acervos, entre outras informações relevantes.

A segunda parte é orientada para um objetivo específico, qual seja, o de trazer informações e exemplos de uso pedagógico dos dicionários de modo a oferecer alguns importantes subsídios para o trabalho aplicado com dicionários. Para tanto, a segunda parte do Manual propõe várias atividades que podem ser desenvolvidas em sala de aula nos distintos segmentos do Ensino Fundamental, utilizando obras dos respectivos acervos. Entre elas, encontram-se

orientações que objetivam levar o aluno a melhor conhecer a natureza de um dicionário e compreender sua funcionalidade, bem como aprender a localizar a palavra procurada. Nesse conjunto de atividades, destacam-se as que contribuem para apoiar o desenvolvimento da competência léxica do aluno e a aprendizagem descritiva da língua portuguesa.

Em geral, a utilização dos dicionários na escola, e mesmo fora dela, limita-se ao domínio do manejo da ordem alfabética, a uma rápida olhada no conteúdo, a uma simples conferência sobre a existência ou não de alguma palavra ou sintagma e, em geral, à sua grafia. Mas, com o Manual, há possibilidades de reverter esse quadro, dado que são oferecidos aos docentes subsídios teóricos e metodológicos para que lidem mais facilmente com dicionários e avancem em possibilidades exploratórias.

Ainda um último item a destacar e que incide sobre a organização estrutural dos dicionários inscritos, é a exigência estabelecida pelo Edital de que todas as obras, independente de tipologia, explicitem as bases de suas propostas lexicográficas. Tal explicitação, ao contrário do que se imagina, não é prática comum no Brasil. Quando há informações, a tendência é apresentá-las muito genericamente. No entanto, a descrição exigida agora requer a referência, no mínimo, a aspectos como:

- o nível de escolaridade do aluno a que a obra se destina;
- o critério de seleção vocabular que presidiu à organização da obra;
- o critério de seleção de temas, em caso de obras temáticas;
- o número total de entradas e de ilustrações;
- o tamanho e o tipo de fonte empregada.

Esse requisito formal é mais um fator de impacto sobre a produção lexicográfica nacional, que se agrega às outras determinações do PNL/D/2006. Este traduz uma busca de aprimoramento em sua missão pedagógica, sobretudo porque a seleção e aquisição dos

dicionários passaram a ser norteadas pela adequação da proposta lexicográfica de cada obra aos diferentes níveis de ensino dos alunos a que se destinam os dicionários. Isto, bem entendido, sem desconsiderar a qualidade da obra.

Apesar do visível aperfeiçoamento buscado pela nova política pública, é necessário acompanhar seus desdobramentos para avaliar suas efetivas condições de aplicação na escola. Nesse sentido, é importante, por exemplo, acompanhar as condições de utilização dos acervos lexicográficos, uma nova realidade com que o professor passa a conviver. Espera-se que a riqueza do material, longe de ser um complicador, torne-se um componente motivador e um desafio que a escola qualificada buscará suplantar.

### **3. Parâmetros gerais do processo avaliativo**

Toda tarefa avaliativa é sempre complexa e, no caso de dicionários, agrava-se mais ainda em razão da falta de tradição da crítica lexicográfica em nosso país, bem como da carência de estudos analíticos sistemáticos sobre a produção dicionarística nacional. Apesar da lexicografia teórica, ou metalexicografia estar avançando, seus resultados não chegam a ultrapassar os muros universitários. O problema ainda se agrava tendo em vista a falta de parâmetros claros para definir a qualidade de um dicionário direcionado à escola, bem como para conceituar claramente um dicionário escolar, aspectos mais adiante retomados.

Não obstante essas dificuldades, o PNLD 2006 definiu critérios para avaliar os títulos concorrentes à seleção, determinando a relação entre a adequação da proposta lexicográfica ao nível de ensino/aprendizagem do público-alvo. No caso do Programa de 2006, a complexidade avaliativa aumentou em razão da possibilidade de inscrição de 3 tipos de obras, o que exigiu a formulação tanto de parâmetros comuns de qualidade, quanto de critérios diferenciados, conforme o tipo de dicionário e de público-alvo. Observa-se



que a estratégia de classificar os dicionários por tipo permitiu fugir de denominações específicas apressadas e, eventualmente, equivocadas.

Sem o objetivo descrever, em pormenor, o processo avaliativo que compreende muitas etapas, interessa aqui destacar alguns componentes desse processo de forma a dar um panorama geral dos princípios e critérios adotados. Os requisitos gerais definiram-se já no Edital público dos dicionários e os específicos foram contemplados no instrumento avaliativo especialmente elaborado pela equipe técnica e a de coordenação, qual seja: fichas a serem preenchidas, inicialmente, por duplas de avaliadores, treinados para tal fim. Vale observar também que os pareceristas desconhecem a autoria das obras, na medida em que recebem obras “descaracterizadas” para usar um termo do Edital, ou seja, as editoras concorrentes devem entregar um certo número de exemplares sem nenhum traço de identificação da obra, sob pena de não terem sua inscrição homologada.

Em razão das 3 categorias de obras inscritas no PNLD/2006, foram formuladas duas fichas distintas: uma destinada aos dicionários tipo 1; e outra para os dicionários tipo 2 e 3. Tal como referido, as fichas mesclam indicadores gerais, conformes aos dispositivos do Edital, com requisitos relacionados a conteúdos de importância educativa à faixa de escolaridade do aluno do Ensino Fundamental, sendo sempre respeitadas as características das distintas propostas lexicográficas. Por conseguinte, a formulação das fichas observa os pontos qualitativos dos dicionários sob o prisma de sua coerência interna, da correção da informação e tratamento dos dados, em paralelo à adequação da proposta organizacional da obra ao nível de ensino/aprendizagem definido.

A elaboração da ficha para os dicionários tipo 1, destinados a crianças em fase alfabetização *stricto sensu*, teve por norte duas perguntas básicas:

*Qual a contribuição que um dicionário pode dar às demandas didático-pedagógicas do ciclo inicial de alfabetização?;*

*Como a organização e a apresentação física de um dicionário podem contribuir para a introdução do alfabetizando a esse gênero?*

A respectiva ficha foi dividida em 7 grandes blocos:

1. Explicitação da proposta lexicográfica
2. Compreensão para a contribuição da cultura escrita
3. Contribuição para a apropriação do sistema da escrita
4. Contribuição para a prática de leitura e escrita
5. Contribuição para a prática de análise e reflexão sobre a língua e a linguagem
6. Contribuição para o desenvolvimento da linguagem oral
7. Contribuição para a construção da cidadania

Esse conjunto de tópicos ilustra a preocupação em realizar uma análise, cujos quesitos atendam aos aspectos formais determinados pelo Edital, caso dos itens 1 e 7, e ao princípio pedagógico de pertinência do dicionário selecionado ao nível de ensino/aprendizado do aluno.

Por sua vez, os outros itens (2,3,4,5,6) estão relacionados a pontos pedagógicos essenciais ao aprendizado do aluno ainda em fase bem inicial de escolaridade, na qual o desafio maior é o próprio processo de alfabetização. Trata-se, em síntese, de encontrar os parâmetros para selecionar as obras do tipo 1, cuja proposição estrutural e adequado tratamento dos dados devem atender a necessidades do público-alvo previsto.

A outra ficha, elaborada para os tipos 2 e 3, foi estruturada em 4 blocos gerais, com um total de 49 itens:

1. Explicitação da proposta lexicográfica
2. Seleção lexical
3. Microestrutura
  - 3.1- Explicitação dos sentidos
  - 3.2- Informações lingüístico-gramaticais
4. Realização gráfico-editorial

Como se observa, para estes 2 tipos de dicionário são feitas exigências estruturais distintas das anteriores, embora os requisitos formais e qualitativos tenham sido igualmente pensados em função dos níveis de aprendizagem e respectivas necessidades. Dessa forma, a ficha busca avaliar se as propostas lexicográficas atendem a necessidades dos alunos em fase de consolidação do domínio da escrita (dicionários tipo 2) e daqueles que cursam as últimas séries do primeiro segmento do Ensino Fundamental (tipo3). Em decorrência, o foco avaliativo desta ficha se modifica em relação à anterior em vários pontos, demonstrando que a análise leva em conta a natureza constitutiva dos dicionários tipo 2 e 3, valorizando assim sua coerência interna; bem como as funções didáticas que ele deve exercer, considerando usuários em níveis de aprendizagem mais adiantados.

Em razão disso, esta ficha contém perguntas que incidem, por exemplo, sobre a constituição da nomenclatura, abarcando aspectos como a inclusão de:

- campos temáticos do cotidiano infantil como jogos, brincadeiras, alimentos, vestuário, higiene, instrumentos musicais, saúde, habitação, escola, esporte, plantas, animais, lazer, eletrodomésticos, meios de comunicação, transporte, artes e espetáculos etc.;
- domínios discursivos especializados (direito, jornalismo, informática, filosofia, folclore, religião, lingüística, ecologia, educação, mitologia, ciências, artes, literatura, política etc.);
- regionalismos e empréstimos lexicais recentes (e também não tão recentes);
- locuções e expressões idiomáticas como entrada ou subentrada.

Em síntese, os tópicos gerais e o detalhamento das fichas demonstram a preocupação em realizar uma avaliação qualitativa, de um ponto de vista lexicográfico e pedagógico, além de visarem

à objetividade nas perguntas e a devida correspondência nas respostas formuladas nos pareceres. Estes são aspectos que contribuem para não deixar margem a dúvidas, justificando adequadamente a seleção final dos dicionários inscritos no Programa.

O conjunto de parâmetros e critérios adotados permitiu estabelecer para cada tipo, o perfil de obra capaz de contribuir satisfatoriamente para os diferentes aspectos das fases de ensino/aprendizagem previstas como o acesso ao mundo da escrita, a aquisição de vocabulário, a competência de leitura e escrita entre outros.

“Assim, pode-se dizer, grosso modo, que, para além de não apresentarem erros ou indução a erros conceituais graves nem preconceitos discriminatórios, os dicionários selecionados apresentam:

- ausência de contradições entre, de um lado, a explicitação da proposta lexicográfica, e, de outro, a organização macro e microestrutural da obra;

guias do usuário e/ou informações básicas para a orientação do consulente, com linguagem adequada e dirigida quer diretamente para o aluno, quer para o professor como mediador;

- seleção lexical que contempla as demandas básicas do nível de ensino/aprendizagem a que se destina;

- ausência de erros graves de revisão e/ou problemas de impressão que comprometam a legibilidade;

- *projetos gráfico-editoriais compatíveis com as propostas lexicográficas correspondentes.*” (RANGEL, 2005)

O final do processo avaliativo, amplamente divulgado, resultou na indicação de 18 obras, sendo cada acervo constituído por 9 títulos<sup>4</sup>. O acervo A é integrado por 9 títulos do tipo 1 e 2 do 2; enquanto o B, compreende 9 obras do tipo 3 e 2 do tipo 2.

#### **4. Impactos do PNLD 2006 sobre o conceito de lexicografia didática**

As proposições empíricas do MEC, que culminaram na definição de três tipos de dicionários para a escola, ensejam a pertinente discussão sobre a problemática do dicionário escolar. Seu conceito é bastante impreciso, apesar de ser considerado uma categoria lexicográfica (DAMIM, 2005).

A problemática do dicionário escolar inscreve-se no âmbito do que se passou a denominar, sobretudo na Europa, de lexicografia didática. Este segmento lexicográfico relaciona-se ao surgimento de produtos específicos que tentam cobrir as necessidades de quase todos os níveis de ensino (AZORÍN, 2006).

A concepção de uma lexicografia didática, como uma produção direcionada à escola é de extrema importância sobretudo porque há uma tendência geral de identificar como escolar os dicionários tipo mini. No entanto, a compreensão do caráter escolar costuma estar associada mais às suas dimensões reduzidas do que à sua efetiva adequação ao ensino/aprendizagem da língua. Por isto, apesar de práticas, as versões sintéticas nem sempre são as melhores para uso escolar (KRIEGER, 2005).

Na realidade, o universo dos dicionários comporta uma série de classificações que levam em conta distintos aspectos, tais como: o conteúdo básico das entradas (unidades lexicais ou outros componentes), o número de entradas, de línguas, o tipo de informação presente nos verbetes, a forma de seleção e de tratamento dos dados entre outros componentes. Por essa razão, encontram-se denominações variadas como: dicionário de língua, dicionário padrão de língua, dicionário etimológicos, dicionários descritivos, de uso, dicionários bi ou multilíngües, dicionário escolar, minidicionários, entre outros títulos relacionados à proposta lexicográfica ou ao foco que os autores e/ou editores buscam salientar.

Em conseqüência dessas múltiplas variáveis, a taxionomia lexicográfica é bastante heterogênea. No caso do PNLD, conside-

rar componentes relativos a número de verbetes e proposta lexicográfica adequada às distintas fases do Ensino Fundamental, representa um primeiro posicionamento tornado público sobre o leque de possibilidades que a lexicografia didática pode compreender. As tipologias 1, 2 e 3, mesmo que genéricas, delineiam a identidade dos dicionários escolares sob o prisma da adequação de sua arquitetura organizacional ao usuário previsto. Para a escola, e mesmo para a sociedade, este parâmetro é fundamental dado que os alunos têm necessidades específicas conformes ao nível e/ou etapa de aprendizagem em que se encontram.

Em razão desses parâmetros, os 3 tipos de dicionário possuem perfis distintos, destacados, a seguir, em linhas gerais. O tipo 1 caracteriza-se por um número ainda pequeno de entradas (entre 1000 e 3000), mas selecionadas dentro de campos temáticos relacionados ao cotidiano infantil como: higiene, escola, alimentos, tempo, jogos e entretenimento. Em geral, esses dicionários não registram palavras de todas as classes gramaticais, resumindo suas entradas a substantivos, adjetivos e verbos.

Uma seleção de palavras baseada no universo cultural infantil facilita e motiva a aproximação da criança com o gênero dicionário. Este critério é importante mesmo que a proposta de organização da obra seja por assunto. Entretanto, o formato de dicionário deve ser mantido, o que determina a obrigatoriedade de explicitar a relação palavra-significado. Para tanto, esses dicionários costumam empregar várias estratégias, desde definições clássicas, mas formuladas de modo simples e com palavras de fácil compreensão até pequenas narrativas, contadas como se o autor falasse com a criança. O uso de ilustrações e gravuras é bastante comum, pois facilitada a apreensão da relação da palavra-entrada com seu referente.

Nessa tipologia, a tradição lexicográfica descritiva é mantida, considerando a tendência em registrar algumas informações gramaticais, como: classe das palavras, gênero e número para os nomes e transitividade para os verbos. Também há indicação de polissemia em patamar adequado à faixa etária. Outra característica básica é a marcação de sílabas e de pronúncia. Esta marcação auxilia muito a

criança em fase de alfabetização e também no desenvolvimento da oralidade. É importante para que ela não faça sobreposições, entendendo a escrita como uma simples representação da fala.

Esse conjunto de aspectos – palavras usuais do cotidiano infantil, diversidade de recursos nas formas de explicitação dos sentidos, registro de pronúncia e de divisão silábica, pouca ou até nenhuma informação gramatical, recursos gráficos que facilitam a localização das palavras ou o início de cada nova letra, projeto gráfico-editorial geral atrativo – podem ser considerados como as características mais marcantes desse tipo de dicionário destinado a um público-alvo realmente iniciante no processo de alfabetização. Obras desse tipo equivalem à categoria dos dicionários infantis.

O dicionário tipo 2 caracteriza-se por uma densidade informativa intermediária entre o 1 e o 3. Tem peculiaridades como o registro de um maior número de entradas (3.500 – 10.000), tendo em vista que cresce o universo das crianças e que há mais necessidades a atender. Alguns deles chegam, inclusive, a selecionar palavras que integram todas as classes gramaticais.

Este tipo também tende a avançar na densidade das informações gramaticais, registrando ainda alguns dados relativos a famílias de palavras, à indicação de sinônimos e antônimos entre outras. É comum também que o número de acepções da entrada seja maior que nos primeiros dicionários.

Do ponto de vista do projeto gráfico-editorial, encontram-se duas possibilidades, semelhanças com o padrão 1 ou com o 3. Neste caso, assume características menos “infantis” e mais próximas do dicionário-padrão. Apesar dessa aproximação mais formal, encontram-se recursos visuais que facilitam a localização das palavras e de distintas informações no interior do verbete. Com isto, o tipo 2 também facilita o manuseio da obra para o usuário que visa.

O dicionário do tipo 3 diferencia-se dos outros dois em vários aspectos a iniciar pelo número bem maior de entradas (19.000 – 35.000) e pelo fato de manter o modelo do chamado dicionário-padrão. Tal modelo projeta-se na apresentação gráfica tradicional, mesmo que haja algumas ilustrações, e no incremento de informa-

ções gramaticais e semânticas, embora sejam feitas algumas reduções e adaptações em relação aos dicionários gerais.

A seleção de entradas ultrapassa o universo do cotidiano infantil, independente de objetivarem registrar as palavras mais usuais do português brasileiro. Daí, a inclusão de regionalismos, junto a termos técnico-científicos. Aqui, portanto, já predomina a idéia de representatividade lexical, apesar de que os critérios de seleção nem sempre sejam claros. Mas, o dicionário tipo 3 intenta, em princípio, apresentar uma nomenclatura consistente, compatível com as necessidades requeridas pelas atividades de leitura e de produção textual, incluindo-se o letramento. Mais ainda, seu repertório léxico, contendo terminologias, pode apoiar a aprendizagem de outros campos do saber.

Em geral, o tipo 3 aproxima-se dos grandes dicionários tanto no eixo das informações gramaticais, quanto no das marcas de uso dos lexemas e na rede de acepções. As formas adotadas para explicitar os sentidos costumam seguir os padrões clássicos de enunciados definitórios, seguidos de sinônimos. Observa-se que os melhores, quando efetivamente estruturados para a escola, procuram explicar o significado de forma acessível, usando palavras que, se consideradas difíceis, constam da própria obra. Mais ainda, esses dicionários costumam trazer resumos gramaticais, como regras de acentuação, uso de hífen, paradigmas verbais entre outros componentes que auxiliam no aprendizado da língua materna.

Essas características estruturais que delineiam o perfil de cada tipo de obra proposta pelo MEC para atender a distintas necessidades dos alunos do Ensino Fundamental, mesmo que ainda sejam bastante genéricas configuram uma primeira tipologia para a lexicografia escolar. Vale lembrar a total ausência, em nosso meio, de estudos que proponham parâmetros de organização lexicográfica para a escola. Daí a indefinição de critérios de constituição da nomenclatura.

Assim, essa tipologia torna-se relevante, atingindo alguns pontos essenciais para o desenvolvimento da prática e dos estudos lexicográficos brasileiros. Em linhas gerais, contribui para:



- evidenciar o valor do dicionário como instrumento didático para o ensino da língua materna, servindo também a outras disciplinas;
- instigar a reflexão sobre lexicografia didática e a divulgação de seu conceito como uma produção dicionarística que compreende obras, cujas estruturas e tratamento dos dados buscam ser adequados aos usuários-alunos em suas distintas fases de ensino/aprendizagem.
- reverter a concepção de dicionário escolar como sinônimo absoluto de minidicionário, ao abarcar uma multiplicidade de produtos.

Conclusivamente, a proposição geral do PNLD/2006, representando uma nova política de seleção e aquisição de dicionários para uso na escola, deve repercutir positivamente sobre a produção lexicográfica brasileira voltada à escola, já que o mercado editorial é altamente interessado em responder às exigências do Ministério da Educação. As outras áreas de conhecimento que, há mais tempo, integram o PNLD reconhecem hoje muitos redirecionamentos na produção dos livros didáticos brasileiros, influenciados pelas proposições das políticas públicas para seleção e aquisição desse tipo de material. A lexicografia didática espera também ser objeto de impactos semelhantes.

### **Notas**

1. Membro da Comissão Técnica do PNLD/2006, responsável pela área de dicionários.
2. O texto do Edital e outras importantes informações do Programa encontram-se em: <http://portal.mec.gov.br>

3. O Manual é da autoria dos professores Egon Rangel, coordenador da área de dicionários e Marcos Bagno, vice-coordenador.

4. *Acervo A*: Caldas Aulete Dicionário Escolar da Língua Portuguesa Ilustrado com a Turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo; Primeiros Passos Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa; Dicionário do Castelo Rá-Tim-Bum; Meu Primeiro Livro de Palavras – Um Dicionário Ilustrado do Português de A a Z; Dicionário Ilustrado de Português; Meu Primeiro Dicionário Houaiss; Descobrimo Novas Palavras - Dicionário Infantil. *Acervo B*: Saraiva Júnior Dicionário da Língua Portuguesa Ilustrado; Aurélio Júnior: Dicionário Escolar da Língua Portuguesa; Moderno Dicionário Escolar; Caldas Aulete Minidicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa; Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa; Minidicionário Luft; Dicionário Júnior da Língua Portuguesa; Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa; Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.

## Bibliografia

AZORÍN FERNANDES, D. La investigación sobre el uso del diccionario en el ámbito escolar. In: ISQUERDO, A. N. & ALVES, I. M. (orgs.). *Ciências do Léxico III: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Mato Grosso do Sul, UFMS, 2006 (no prelo).

DAMIM, C. P. *Parâmetros para avaliação do dicionário escolar*. Porto Alegre, UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

KRIEGER, M. G. Dicionário de língua: um instrumento didático pouco explorado. In: TOLDO, C.S. (org). *Questões de Lingüística*. Passo Fundo: UPF Editora, 2003, pp. 70-87.

\_\_\_\_\_. Dicionários para o ensino da língua materna: princípios e critérios de escolha. *Língua e Literatura*. Frederico Westfalen, URI, n.10/11, 2004/2005, p.101-112

RANGEL, E. *Relatório sobre os recomendados*. Brasília, MEC, 2005.